

O Desporto Escolar e as Novas Exigências de Formação de Docentes

Jorge Olímpio Bento*

1. *Esclarecimento prévio*

Saúdo mais esta realização da SPEF pela sua oportunidade e pelo seu significado. É com alegria que se constata que um organismo defunto logo no momento em que nasceu, por força da ausência de transparência das motivações da sua criação, está a recuperar de um profundo estado de letargia. E isto tem a ver naturalmente com as pessoas que o dirigem, pessoas que não condicionam as instituições a estratégias pessoais de poderes fugazes e de vaidades vãs. Pessoas que animam as instituições na preocupação de servir os interesses colectivos.

O presente debate reflecte essa maneira de ser e entender. Pela minha parte estou aqui a representar a FCDEF-UP, não para conquistar ou alargar espaços de poder pessoal ou institucional, não para cultivar a palavra sem compromisso com a acção, não para tiradas inspiradas em jogos de cintura política. Estou aqui para uma procura de esclarecimento sobre um problema que não se resolve se o enrouparmos em posições cientificistas obscuras. Requer-se frontalidade nas afirmações para que o cinzentismo não impossibilite o desejado confronto de opiniões.

2. *Posicionamento da FCDEF-UP*

No desdobrável que apresenta este debate pode ler-se: «...Com efeito, a institucionalização do desporto escolar suscita, desde logo, uma

* FCDEF — Universidade do Porto.
Boletim SPEF, n.º 2-3 Verão-Outono de 1991, pp. 53-56.

extensão das competências tradicionais do professor de Educação Física...»

Entende-se o sentido desta afirmação mas ela não se aplica ao entendimento que a FCDEF-UP tem da competência do professor de Educação Física. Não se trata de uma extensão, mas sim de um campo de afirmação e aplicação da competência profissional.

Mas vamos por partes.

Percebemos bem que a institucionalização do desporto escolar seja mais uma oportunidade de reabilitação da disciplina que dá pelo nome de «Educação Física». Reabilitação no sentido de a legitimar como disciplina escolar, sendo necessário para isso que nela, tal como nas outras, se realizem processos de ensino e aprendizagem em torno de uma matéria específica de ensino e aprendizagem. Reabilitação que, por via da tal matéria de ensino, a retire definitivamente dos determinismos biologistas a que, consciente ou inconscientemente, continua sujeita em muitos espíritos. Reabilitação que a vincula a uma realidade sócio-cultural concreta, com atribuições bem explícitas no plano da socialização dos indivíduos.

Esta reabilitação coloca, pois, como *questão pertinente para a Educação Física* a da sua *legitimação como disciplina escolar*.

Porquê e como é que figura no cânone das disciplinas escolares?

Qual a sua incumbência educativa específica?

Qual a sua matéria de ensino?

Que processos de ensino e aprendizagem encerra? Como os projecta, estrutura, organiza e realiza?

É em torno da problemática da matéria de ensino que deve passar parte substancial da discussão acerca da disciplina de Educação Física e acerca da formação da competência profissional dos seus docentes. E porquê?

Em primeiro lugar porque sem uma *matéria específica de ensino*, entendida na *dupla acepção de objectivo directo de aprendizagem e de meio de desenvolvimento do aluno*, não há processos de ensino e aprendizagem, não há disciplina escolar, não é possível elaborar programas de ensino. Em segundo lugar porque a formação visa dotar os formandos de competências para o desempenho de funções docentes em tais processos.

Em terceiro lugar porque a matéria de ensino convida a Educação Física a preocupar-se mais com a quantidade e a qualidade das aprendizagens que oferece. Todas as aberturas e inovações pedagógico-didácticas, todas as intenções de animação e recreação têm um limite neste ponto. *Quando o ensino e a aprendizagem são colocadas em perigo uma disciplina escolar renuncia à sua razão de ser*, porque não acontecem os processos e objectivos em que ela se legitima.

Todos sabem que a linha de orientação da FCDEF-UP se alicerça nestas preocupações e que privilegia como matéria de ensino da Edu-

cação Física a forma real da cultura motora mais representativa da actualidade cultural das tecnologias do corpo — ou seja, o desporto. Por isso referencia a formação a uma ciência da profissão susceptível de fundar competência de acção em processos de ensino e prática desportiva norteadas pelo desenvolvimento dos indivíduos.

Nesta ordem de ideias a institucionalização do desporto escolar não suscita à FCDEF-UP «uma extensão das competências tradicionais do professor de Educação Física.»

Explicitemos ainda mais:

Primeiro:

Para nós é artificial, ou se se preferir, é de ordem ideológica a separação entre Educação Física e desporto escolar. Sobretudo porque a matéria de ensino e aprendizagem, de exercitação e recreação é comum.

Este facto deverá obrigar a reflectir acerca da correcção da definição «Educação Física». Com efeito as disciplinas escolares, pelo menos aquelas que têm um lugar sólido na escola, recebem os nomes a partir das matérias de ensino. A Educação Física não segue esta lógica, talvez por isso seja povoada de irracionalidades, de equívocos e paradoxos.

No entendimento que a FCDEF-UP faz o desporto apresenta-se na escola como *uma unidade de formas obrigatórias e de formas facultativas*, cada uma delas acentuando determinados aspectos.

O «*desporto na escola*» comporta formas de organização da actividade desportivo-motora, de modo a corresponder às seguintes *acentuações essenciais*:

- *Actividade lúdica* (predominante nos tempos livres)
- *Actividade de aprendizagem* (predominante nas aulas de Educação Física, incumbidas de assegurarem o «essencial», o «básico», o «fundamental»).
- *Actividade de exercitação, de treino e competição* (predominante no dito «desporto escolar», com a função de complementaridade, reforço, consolidação e diferenciação da formação de base)

É para corresponder a estas circunstâncias da actuação pedagógica que encaramos a formação do licenciado em desporto e educação física.

Segundo:

A competência pedagógica não se funda, em primeiro lugar, em qualquer tipo de tecnologia. Não há nem jamais existirá uma tecnologia pedagógica com capacidade de resposta suficiente e abrangente!

Até porque as situações pedagógicas são como os momentos da vida: são únicas e não se repetem. Estão condenadas à dissolução e construção permanentes. Não podem ser antecipadas, mas apenas reconstruídas. Pelo que não é tanto o planeamento pormenorizado mas muito mais a

ideia e a capacidade de leitura e correcção permanentes que constituem o cerne da competência pedagógica.

Neste sentido *a competência pedagógica funda-se* na qualidade da formação transportada para as situações e relações «pedagógicas», na versão individual da formação objectivada em competências «sociais» e «culturais».

A competência «social» liga-se à capacidade de organizar e «arranjar» o ensino e os grupos de aprendizagem. Não tem valor em si mesma, desde que não seja fundamentada, alicerçada e enraizada numa competência «cultural». Esta é referenciada aos conteúdos que suportam as aprendizagens, liga-se à «coisa» aprendida e ensinada, à mestria objectiva daquilo que dá sentido, que confere especificidade e exige diferenciação à competência pedagógica.

Ou seja, o *carácter de particularidade e de especificidade da profissionalidade pedagógica* é dado essencialmente pela competência «cultural».

O professor culto e com credibilidade profissional não é o generalista, o super-homem multidisciplinar, mas sim aquele que alicerça a sua profissionalidade no domínio e entendimento profundos e exigentes da área cultural a que está ligada a disciplina que lecciona.

Temos tudo isto em conta quando colocamos no ponto central do plano de estudos da licenciatura na nossa área as disciplinas da Ciência do Desporto, complementadas por disciplinas de outras ciências contribuintes para a formação humana e cientificamente esclarecida de um pedagogo do desporto.

Terminamos voltando ao princípio. Se é verdade que a institucionalização do desporto escolar não significa para nós uma extensão das competências tradicionais do professor de educação física, deverá porém obrigar muita gente a reflectir sobre o conceito de competência pedagógica. É urgente tomar consciência de que *muitas licenciaturas em Educação Física e Desporto atentam contra a competência «cultural» e contra a profissionalidade* na nossa área.